

# DESAFIOS PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TEA NA EDUCAÇÃO BÁSICA REGULAR

## CHALLENGES FOR THE INCLUSION OF STUDENTS WITH ASD IN REGULAR BASIC EDUCATION

Aurea Cintra de Azevedo Marra<sup>1</sup> (IF Goiano)  
Lucianne Oliveira Monteiro Andrade<sup>2</sup> (IF Goiano)

### RESUMO

Este estudo é apresentado como trabalho de conclusão do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Formação de Professores e Práticas Pedagógicas do Campus Ceres do IF Goiano. Trata-se de uma pesquisa sobre o ensino e inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em práticas pedagógicas, as quais os docentes do ensino regular que recebem esses alunos estão descapacitados, equivocados e com pensamentos errôneos acerca dessa condição e dessas crianças. O objetivo é reunir informações sobre as mudanças promovidas pelas iniciativas de inclusão desses discentes e seus resultados, refletidos em expressiva redução de evasão escolar. Para isto, o método de Revisão Integrativa foi utilizado no artigo, constituindo-se de uma ampla análise literária, de discussões sobre métodos e apresentação dos resultados de pesquisas, possibilitando combinação de fundamentação teórica com estudo empírico. Após obter dos dados, analisá-los de acordo com o seu conteúdo, separar o material e alinhar das ideias, o estudo classifica as informações em categorias dentro de um conjunto de 15 artigos selecionados previamente e finaliza-se com apresentação dos dados, fundamentados literariamente. Conclui-se a partir deste estudo que não existir ambiente apropriado, condições favoráveis à inclusão dos alunos e profissionais que entendam de maneira correta o assunto impossibilita que tais crianças sejam educadas dentro de suas características de aprendizado, o que evidencia a necessidade imediata de reestruturar a maneira com que o sistema escolar acolhe esses discentes.

**Palavras-chave:** Transtorno do Espectro Autista (TEA). Práticas Pedagógicas. Inclusão do aluno com TEA. Educação básica regular.

### ABSTRACT

This study is presented as a conclusion work for the *Lato Sensu* Postgraduate Course in Teacher Training and Pedagogical Practices at the Ceres Campus of IF Goiano. This is a research about the teaching and inclusion of students with Autistic Spectrum Disorder (ASD) in pedagogical practices, which regular education teachers who receive these

---

<sup>1</sup> Estudante do Curso de Pós Graduação *Lato Sensu* em Formação de Professores e Práticas Pedagógicas do Campus Ceres do IF Goiano. Licenciada em Pedagogia. Professora de Apoio na Rede Estadual de Educação de Goiás na cidade de Carmo do Rio Verde. E-mail: aureacintra001@hotmail.com

<sup>2</sup> Professora do Curso de Pós Graduação *Lato Sensu* em Formação de Professores e Práticas Pedagógicas do Campus Ceres do IF Goiano. Doutoranda em Educação. Mestre em Ciências. Especialista em Educação Matemática. Especialista em Educação de Jovens e Adultos. Licenciada em Matemática E-mail: lucianne.andrade@ifgoiano.edu.br

students are disabled, mistaken and with erroneous thoughts about this condition and these children. The objective is to gather information about the changes promoted by these students' inclusion initiatives and their results, reflected in a significant reduction in school dropout. For this, the Integrative Review method was used in the article, constituting a wide literary analysis, discussions about methods and presentation of research results, enabling a combination of theoretical and empirical study. After obtaining the data, analyzing them according to their content, separating the material and aligning with the ideas, the study classifies the information into categories within a set of 15 previously selected articles and ends with presentation of the data, based on literary grounds. It is concluded from this study that there is no appropriate ambience, favorable conditions for the inclusion of students and professionals who correctly understand the subject make it impossible for such children to be educated within their learning characteristics, which shows the immediate need to restructure the way the school system receives these students.

**Keywords:** Autistic Spectrum Disorder (ASD). Pedagogical practices. Inclusion of students with ASD. Regular basic education.

## INTRODUÇÃO

Com o advento do processo inclusivo, a escolarização do Autista é discutida em diferentes níveis educacionais, acreditando-se que todos os alunos devem ser atendidos em suas necessidades. O processo de escolarização é proveniente de diferentes características trazidas pelos alunos que são atendidos pelo ensino regular. Este estudo parte de como é a escolarização e inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA), no que cabe aos professores do ensino regular e que recebem em suas salas de aula alunos diagnosticados com TEA. Entende-se que o assunto é polêmico, um tabu a ser quebrado.

A ocorrência de TEA em estudantes dos ensinos público e privado do país cresceu de forma alarmante nos últimos anos. O tema é tão sensível que alguns educadores não reconhecem a atual realidade. Diante disso em Brasil (2013) o Ministério da Educação esclareceu que a Educação Inclusiva é educação para todos, modificando o trajeto da exclusão ao criar espécies, estruturas e espaços para uma variedade de educandos.

Para tanto a Lei nº 12.764/2012 (BRASIL, 2012) instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, proporcionando à criança autista o direito à escolarização com qualidade e como aluno pertencente à instituição de ensino.

Diante desse contexto, o objetivo geral do artigo é analisar as mudanças promovidas pelas políticas de inclusão em relação ao acesso e permanência dessa

criança escola. Para atingi-lo, a Revisão Integrativa foi escolhida como método para o desenvolver do artigo no contexto da pesquisa.

O TEA é uma condição pouco conhecida entre os professores e que, na prática de processos inclusivos, cria diversos obstáculos, principalmente a insuficiência de um atendimento educacional adequado as suas necessidades. Muitos docentes que atuam em escolas inclusivas não definem com expertise os aspectos e características dos alunos com Autismo. Por isso é importante reafirmar a ideia de que incluir não é só oferecer o direito a matrículas nas escolas regulares, mas oferecer condições para o efetivo processo de ensino e de aprendizagem, dentro de um ambiente motivacional e em constante movimento de reflexão-ação.

## **CARACTERÍSTICAS DO TEA E ABORDAGENS DE ENSINO**

Atualmente, a educação inclusiva é objeto de estudo e pesquisa, percebendo-se que os desafios aumentam anualmente, tendo em vista, que os alunos necessitam de um olhar mais acurado em seu processo de escolarização, dentre eles, os que possuem deficiências físicas, visuais, intelectuais, altas habilidades/superdotação e, recentemente, os alunos com Transtorno do Espectro Autista - TEA. O TEA tem como principais características a dificuldade de comunicação social além de comportamentos repetitivos, sendo que suas principais manifestações aparecem antes dos três anos de vida.

Segundo Santos (2008), o TEA é uma desordem que afeta a capacidade do indivíduo de comunicar-se, de estabelecer de relacionamentos e de resposta adequados ao ambiente que o rodeia. Por ser uma perturbação global do desenvolvimento, evolui com a idade e se prolonga por toda vida. Ainda sobre o TEA, Siluk (2012) afirma que suas definições atuais o conceituam como uma síndrome comportamental, de múltiplas etiologias, comprometendo o processo do desenvolvimento infantil. O autismo possui causas diversas e Siegel (2008, *apud* SILUK, 2012) indica que, além das possíveis causas genéticas do autismo, alguns casos são relacionados com fatores de risco atrelados à gravidez e ao parto.

No entanto, um fator de risco não é o mesmo que uma causa, tornando difícil afirmar o causador do TEA. Dentro do útero, no feto, ocorre uma combinação de fatores genéticos, e outros relacionados à gravidez e ao parto, determinando se a criança desenvolverá TEA ou algum outro transtorno global do desenvolvimento. Segundo a Classificação Internacional de Doenças – DSMV – (BRASIL, 2014) adotada pela

legislação brasileira, o Autismo, o Transtorno Desintegrativo da Infância e a Síndrome de Asperger foram absorvidos por um único diagnóstico chamado de Transtorno do Espectro Autista – TEA.

O TEA foi incluído num grupo cognominado Transtornos do Neurodesenvolvimento, uma condição manifestada muito cedo, antes mesmo do ingresso da criança na escola. Dentre as características do TEA encontram-se os déficits que prejudicam o funcionamento pessoal, social e acadêmico, variando desde limitações específicas na aprendizagem ou no controle de funções executivas até prejuízos globais em habilidades sociais ou inteligência. Atualmente, cresce o número de crianças e jovens com TEA frequentando as Escolas Comuns, justificado a instituição de Leis e Políticas Públicas provenientes da luta de pais e familiares pelos direitos da pessoa com deficiência na sociedade.

De acordo com Brasil (2012) a Lei nº 12.764/2012 citada anteriormente, o aluno com TEA garante o seu direito de estar na escola e ser atendido por profissionais preparados. Infelizmente, faltam condições adequadas que propiciem a permanência deste aluno na escola, especialmente no que tange a formação dos profissionais para atuar com a sua escolarização.

Para que haja esse tipo de ensino, é necessário um currículo apropriado, que promova modificações organizacionais, estratégias de ensino e uso de recursos, inclusive os tecnológicos (BRANDE; ZANFELICE, 2012). Segundo De Oliveira, Libâneo e Toschi (2017), o currículo é a concretização, viabilizando as intenções expressas no projeto pedagógico. Existem diversas definições de currículo, princípios orientadores da prática, seleção e organização da cultura que devem ser proporcionadas aos estudantes.

Quando se fala em currículo, deve-se focar a partir da vivência de cada criança, quando for diagnosticada com TEA ou não, deve-se pensar numa proposta em que o currículo esteja focado não apenas em conteúdos. Cabe ao docente, ao educador, ser um observador do que realmente seja importante para o desenvolvimento cognitivo desse aluno, adequando o currículo para melhor atendê-lo (CHAVES; ABREU, 2014). A promoção da inclusão efetiva do aluno com TEA deve estar fortemente ligada à formação especializada de todos os profissionais que estarão atuando no dia-a-dia, conhecendo e integrando cada um deles no ambiente escolar.

Segundo Silva (2009), esse conhecimento deve ser efetivado no seu processo de formação, principalmente dos professores que atuam no ensino fundamental, e é

necessário que a criança com TEA interaja com outras crianças, pois, segundo Camargo e Bosa (2012), para ultrapassar os déficits sociais dessas crianças, possibilita-se a dilatação das experiências socializadoras, admitindo o desenvolvimento de novos conhecimentos e comportamentos, enfatizando que as crianças com TEA precisam conviver com outras da mesma faixa etária, possibilitando o estímulo a suas capacidades interativas e prevenindo o isolamento contínuo.

A integração dos alunos com necessidades educacionais em escola regular incentiva a autoestima e o seu crescimento como cidadão. Mas, no caso dos autistas, Gikovate (2009) entende que a quebra de uma rotina desencadeia um comportamento agitado, onde a criança se recusa a ir em frente enquanto não retorna ao padrão anterior, indicando que para a ocorrência de uma inclusão escolar dessa criança, considera-se qual a sua necessidade, fazendo-se adaptações na sala de aula.

É importante que o autista se sinta próximo ao professor. Contudo, a memória do autista é voltada para o visual, sendo necessário que o educador faça com que o aluno observe cores, tamanhos, espessuras, animais e pessoas. Partindo disso, a sala de aula deve ter pouca estimulação visual, para que o autista não desvie sua atenção da atividade em andamento e o ambiente educacional deve ser calmo e agradável, para que os movimentos estereotipados dos alunos não se alterem, o que foi corroborado por Lopes e Pavelacki (2005).

## **OS ARTIGOS SELECIONADOS – IMPRESSÕES DA REVISÃO INTEGRATIVA**

Inicialmente fez-se a seguinte pergunta: Quais os problemas e as possibilidades existentes na escola regular para a inclusão nas práticas pedagógicas dos alunos com transtorno do espectro autista (TEA) e inclusão?

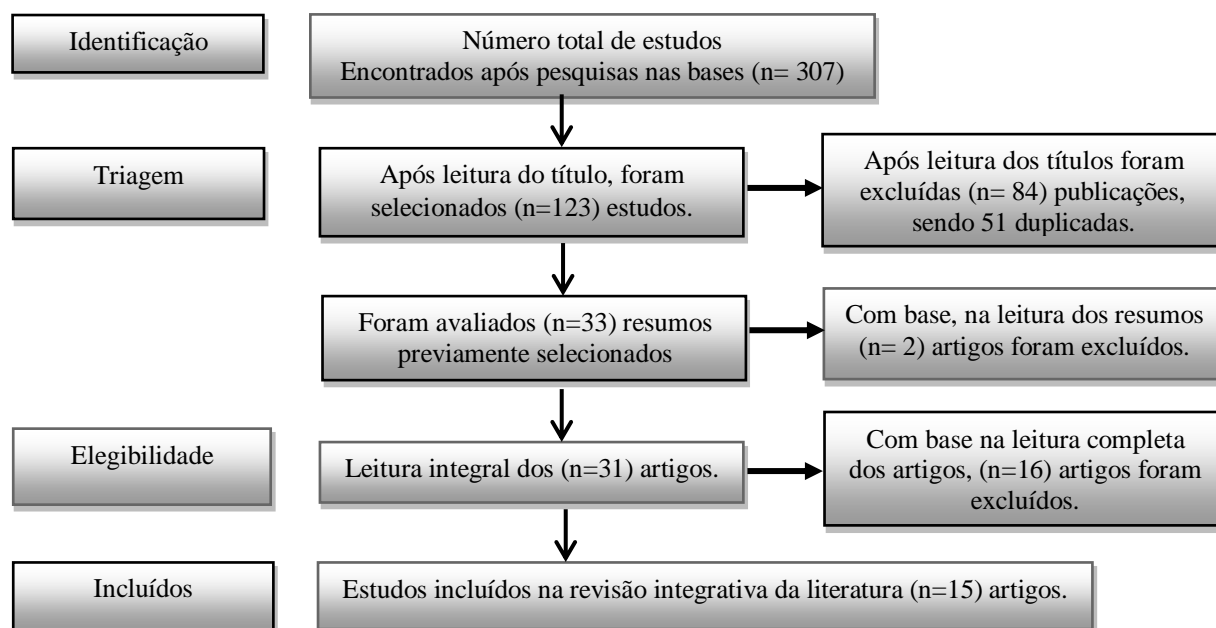
Após esta pergunta houve o levantamento dos artigos literários, utilizando a Revisão Integrativa. Foi escolhida como método de investigação para o desenvolver do artigo no contexto da pesquisa, capaz de delimitar etapas metodológicas mais concisas e de propiciar, aos profissionais, melhor utilização das evidências elucidadas em inúmeros estudos. A Revisão Integrativa “emerge como uma metodologia que proporciona a síntese do conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática, constituída na construção de uma análise ampla da literatura acerca do assunto”. (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010, p. 104).

As buscas foram realizadas nas seguintes bases de dados: *Google Acadêmico*, *SciELO*, revistas eletrônicas, todos de vinculação livre. Foram utilizados artigos, monografias, teses e periódicos com os seguintes descritores: Transtorno do Espectro Autista (TEA); Práticas Pedagógicas; Inclusão do aluno com TEA na educação básica regular. Os critérios de inclusão definidos para a seleção dos artigos foram: artigos publicados em português; artigos na íntegra que retratassem a temática referente à revisão integrativa e artigos publicados e indexados nos referidos bancos de dados.

Os critérios de exclusão usados foram temas que não tratassem diretamente do assunto. A análise dos estudos selecionados, em relação ao delineamento de pesquisa, pautou-se tanto na análise quanto na síntese dos dados extraídos dos artigos, tendo sido realizadas de forma descritiva. Segundo Lakatos e Marconi (2003) trata de delinear e possibilitar a observação, a contagem, a descrição e classificação de dados, reunindo o conhecimento produzido sobre o tema explorado na revisão) onde foram localizados 307 artigos de interesse para a pesquisa.

Após a obtenção dos dados, analisou-se conforme seu conteúdo, com a organização do material e sistematização das ideias, além da classificação das informações em categorias, numa unidade de registros onde foram escolhidos 15 artigos e por fim, o tratamento e interpretação dos dados com base na literatura. Para a inclusão dos estudos, realizou-se a leitura criteriosa dos mesmos, a seguir foi realizada a categorização dos dados em grupos temáticos, conforme indicado no quadro abaixo:

**Quadro 1:** Fluxograma da categorização dos dados.



**Fonte:** Confeccionado pela Autora.

## **DISCUTINDO OS ESTUDOS SOBRE O TEA**

Para a autora ocorreu um acréscimo do entendimento dos fundamentos teórico-metodológicos embasando-se no estudo dos saberes, da cultura e nas práticas pedagógicas que indicam a dinâmica institucional para a inclusão de alunos com TEA nas escolas regulares, pois os processos utilizados no ensino dessa aprendizagem acompanham os determinantes sociais, culturais e históricos, solicitando concepções de educação e práticas educativas diferenciadas, sendo necessário no âmbito das políticas públicas, reflexões sobre as práticas pedagógicas utilizadas na escola regular para o aluno com TEA e a criação de uma alternativa para o ensino dessas práticas.

Pois, um dos problemas detectados foi à dificuldade dos professores que trabalham com alunos autistas enfrentam nos desafios da inclusão educacional e no diálogo com a família, o que se confirmou pela análise feita nos artigos pesquisados. Pois “O professor idealiza um aluno sem se dar conta de que trabalhar com a diversidade é algo intrínseco a natureza da atuação docente e de que não faz sentido pensa-la como uma condição excepcional” (FREITAS, 2006, p. 170). Diante disso o estudo sobre o TEA no Brasil é crescente, mas, poucos são relacionados à inclusão nas escolas regulares (MELLO, 2007).

Estudos indicam que a escola é necessária para o desenvolvimento de uma criança com TEA, devendo incitar suas habilidades de aprendizagem, de reciprocidade sócia emocional, comunicação social, habilidades sociais, interesses diversificado, rotinas padronizadas de vida escolar, oportunizando ambientes planejados para evitar arrefecer a ocorrência de problemas comportamentais como estereotípias corporais e gestuais, comportamentos agressivos e auto agressivos, hiper ou hiporreatividade a estímulos sensoriais, dentre outros.

Quando não são feitas adaptações curriculares, ações de manejo e estimulação apropriadas, a adaptação e aprendizagem desse aluno podem ser mínimas, inclusive nula (LEDFORD; WEHBY, 2015). Em estudo de Lima e Laplane (2016) foram mapeadas as trajetórias escolares de alunos com autismo, incluindo os apoios educacionais e/ou terapêuticos que recebiam. Os principais resultados revelaram falhas graves no processo de escolarização, pois, menos de 10% desses alunos recebia

atendimento educacional especializado, assim como um número reduzido chegava ao ensino médio, devido a elevada taxa de evasão escolar.

Resultados semelhantes foram reportados em outros estudos no Brasil e em países em desenvolvimento como problemas a serem suplantados como: despreparo de profissionais, tanto de educação infantil como ensino básico, para a realização de acomodações curriculares; pouca participação do aluno com TEA nas atividades da escola; baixa interação com colegas; habilidades de aprendizagem reduzidas, dentre outros (HARRISON *et al.*, 2016). Na prática, percebe-se o pouco conhecimento sobre esta deficiência. Orrú (2012) afirma que os autistas não são compreendidos pela sociedade, pela falta de conhecimento sobre esta condição.

Assim, o desconhecimento e a falta de informação sobre o TEA produzem incompreensão, fazendo com que as pessoas reproduzam conceitos deturpados sobre o assunto. Por sua vez, Cruz (2014) entende que a exclusão social do autista é proveniente de concepções preconceituosas. Além de considerar que os problemas provenientes das insuficiências no autista não são entendidos pelo grupo social e que o baixo investimento nos processos de socialização e ensino pauta-se no desenvolvimento inferior ao de outras crianças, construindo-se condições empobrecidas de experiências sociais.

Na visão pedagógica existem classificações na literatura sobre tipos de adaptações curriculares que são implementadas dependendo das necessidades do aluno, devendo ser determinadas em função de análises das habilidades cognitivas, padrões de funcionamento comportamental, padrões de comunicação e interação social, funcionamento adaptativo e funcionamento familiar, dentre outros (BRENTANI *et al.*, 2013). Para nortear e embasar os profissionais da educação atuantes nas escolas foram criados documentos de suporte, para seu embasamento no planejamento e na feitura dos planos de aulas.

Esses documentos discorrem sobre assuntos variados que permeiam a educação, como são a Lei nº 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases – (BRASIL, 1996); Lei nº 13.005/2014 (BRASIL, 2014) – Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE 2014); Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica - DCN 2013 - (BRASIL, 2013), além de serem documentos orientadores. Mais atualmente, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC – (BRASIL, 2018), surgiu como documento normativo, que teve sua última versão homologada em dezembro de 2018, norteadando as etapas de Educação



Infantil, Ensino Fundamental I e II. Ainda estão sendo discutidas as Bases Nacionais Comuns para a formação de professores na Educação Básica.

Cada um dos documentos citados possui grande importância sobre a perspectiva da educação brasileira, pois seus textos caracterizam e garantem por lei a educação para todos, como na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, 2016), indicando o atendimento especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Reconhecendo que as dificuldades encontradas no sistema educacional para atendimento das necessidades educacionais dos alunos matriculados em turmas de escola regular e entendendo que essa flexibilidade e dinamicidade do currículo não são suficientes para a superação das restrições ou compensação das limitações reais desses alunos. Assim, surgem as adaptações curriculares como uma ferramenta para atuação e potencialização do favorecimento da escolarização dos alunos de educação especial incluídos nas classes regulares de ensino.

Uma listagem neutra de conhecimentos tecnicamente organizada. Mas o currículo escolar nada tem de neutro, já que ele é uma seleção a partir de um conjunto de possibilidades. A decisão sobre o que e como ensinar que norteia essa seleção é uma decisão sobre que tipo de pessoa se pretende formar, sendo mais do que uma decisão técnica, uma decisão de natureza política que a neutralidade esconde. A BNCC em todo o seu reducionismo ignora a LDBEN 9394/96 (BRASIL, 1996) quando limita à organização das escolas na forma seriada e ensino disciplinar.

Estudos em outros países indicam sucesso nas adaptações e acomodações curriculares junto ao aluno com TEA, especialmente para aqueles com deficiência intelectual, copiando adaptações e acomodações curriculares são voltadas para um ambiente escolar que promove no aluno potencialidades, estimulando habilidades de aprendizagem e de funcionamento adaptativo (SMITH; LOWREY, 2017). Esse comprometimento em indicadores de funcionamento adaptativo depende de vários fatores, demonstrando o grau de severidade do TEA (FROST; HONG; LORD, 2017).

Mesmo ocorrendo o impacto desses fatores no funcionamento adaptativo conserva-se um modulador do prognóstico, englobado por ações de intervenção junto à criança em diversos contextos, entre eles o escolar, familiar, social e profissional na vida adulta (SPAULDING; LERNER; GADOW, 2017). A chegada da criança com autismo na escola regular promove preocupação familiar e escolar, existindo questionamento sobre a inclusão dessas crianças, pois a escola necessita de adequações.

Brande e Zanfelize (2012) explicam que o acolhimento de alunos com TEA, é um desafio que as escolas enfrentam diariamente.

Assim, para ocorrer à inclusão escolar, é preciso comprometimento por todos os envolvidos, ou seja, alunos, professores, pais, comunidade, gestores, enfim, todos os participantes da vida escolar direta ou indiretamente. Suplino (2009) entende que para o acesso ser garantido é necessário assegurar a permanência com qualidade, sendo primordial o foco nos potenciais de cada aluno é obrigatório que o educador transmita confiança e segurança, para a sua aprendizagem de forma significativa.

## **Conclusões**

No presente estudo, alguns problemas surgiram, como: os desafios enfrentados por professores em sua prática pedagógica na inclusão de alunos autistas; fatores que ajudam no fracasso de processos inclusivos de alunos com TEA no ensino regular como o despreparo das equipes educacionais para manejo comportamental e excitação de habilidades de aprendizagem; despreparo de pais e/ou cuidadores para manejo do filho; concepções erradas de equipes educacionais em relação ao TEA; práticas psicopedagógicas não amparadas por vidências científicas; falta de sucesso nas adaptações e acomodações curriculares junto ao aluno com TEA, ou os que possuem deficiência intelectual.

Mas existem possibilidades educativas para estas pessoas, pois, cabe ao processo educacional a tentativa de desenvolvimento de suas insuficiências, investindo no processo de interação com o grupo social. Assim, as limitações constitutivas de natureza biológica, não devem anular a existência cultural e social da pessoa com TEA e as possibilidades de seu desenvolvimento pela interação social determinam avanços significativos. Esse estudo é relevante para a prática pedagógica, pois de nada adianta ter um aluno com necessidades especiais matriculados na escola se não houver pessoas comprometidas, pois este será mais uma das crianças incluídas. Assim, é necessário o empenho para a garantia do aprendizado a todos.

Assim, as adaptações curriculares devem fazer parte da formação do professor, cuja área de atuação seja a educação básica, garantindo assim uma educação e ensino de qualidade e aprendizagem diferenciadas. Entende-se que muitos métodos são propostos para ocorrer uma aprendizagem significativa, das crianças com TEA, ressaltando que os

envolvidos devem conhecer as suas reais necessidades, sabendo quais métodos devem utilizar, para que haja uma construção do conhecimento e uma verdadeira inclusão.

Conclui-se que, para que o educador faça essa relação sobre o que e como ensinar ao aluno com TEA é obrigatória uma formação adequada, caso contrário à metodologia usada em sala não servirá para alcançar o objetivo. Esse é um problema das escolas brasileiras, pois os professores não estão preparados para lidar com essas crianças, pela falta de formação. Por fim, quando não existe ambiente apropriado e condições adequadas à inclusão, os ganhos no desenvolvimento cedem lugar ao prejuízo, indicando a necessidade de reestruturação geral do sistema social e escolar para que a inclusão seja efetuada.

## **REFERÊNCIAS**

BRANDE, Carla Andréa; ZANFELICE, Camila Cilene. A inclusão escolar de um aluno com autismo: diferentes tempos de escuta, intervenção e aprendizagens. **Revista Educação Especial**, v. 25, n. 42, p. 43-56, 2012. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>>. Acesso em: 27/01/2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação. Brasília. 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518-versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf). Acesso em 17/01/2021.

BRASIL. [Constituição (1988)] **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acessado em 17/01/2021.

BRASIL. Lei nº 13.005/2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE**. Brasília. 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm). Acesso em 17/01/2021.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192) Acesso em 17/01/2021.

BRASIL. Lei nº 12.764/2012. [LEI BERENICE PIANA]. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Brasília. 2012.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm). Acesso em 17/01/2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei nº 9394/96. Brasília. 1996.

BRENTANI, Helena et al. Transtornos do espectro do autismo: uma visão geral sobre diagnóstico e tratamento. **Rev. Bras. Psiquiatr.**, São Paulo, v. 35, supl. 1, pág. S62-S72, 2013. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-44462013000500008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462013000500008&lng=en&nrm=iso). acesso em 24 janeiro de 2021.

CAMARGO, Sígla Pimentel Höher; BOSA, Cleonice Alves. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. **Psicologia & sociedade**, v. 21, n. 1, p. 65-74, 2009.

CHAVES, Maria José; ABREU, Márcia Kelma de Alencar. **Currículo inclusivo**: proposta de flexibilização curricular para o aprendente autista. 2014. Disponível em: [http://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/Modalidade\\_1datahora\\_11\\_11\\_2014\\_00\\_14\\_48\\_idinscrito\\_1032\\_21baa4b98f17f639f8e420243e5ad478.pdf](http://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/Modalidade_1datahora_11_11_2014_00_14_48_idinscrito_1032_21baa4b98f17f639f8e420243e5ad478.pdf) >. Acesso em: 27 de jan. 2021.

CRUZ, Talita. Autismo e Inclusão: experiências no ensino regular. **Jundiaí: Paco Editorial**, 2014.

FREITAS, Soraia Napoleão. A formação de professores na educação inclusiva: construindo a base de todo o processo. **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, p. 161-181, 2006.

FROST, Kyle M.; HONG, Natalie; LORD, Catherine. Correlates of adaptive functioning in minimally verbal children with autism spectrum disorder. **American journal on intellectual and developmental disabilities**, v. 122, n. 1, p. 1-10, 2017.

GIKOVATE, Carla Gruber. **Autismo**: compreendendo para melhor incluir. Rio de Janeiro, 2009. 35 p. Disponível em: <http://www.carlagikovate.com.br/aulas/autismo%20compreendendo%20para%20melhor%20incluir.pdf>>. Acesso em: 25 de jan. 2021.

HARRISON, Ashley Johnson et al. Development of a brief intervention to improve knowledge of autism and behavioral strategies among parents in Tanzania. **Intellectual and developmental disabilities**, v. 54, n. 3, p. 187-201, 2016.

LEDGORD, J.R.; WEHBY, J.H. Teaching Children with Autism in Small Groups with Students Who are At-Risk for Academic Problems: Effects on Academic and Social Behaviors. **Journal of Autism and Developmental Disorders**. v.45 n.6 p. 1624-35, 2015.

DE OLIVEIRA, João Ferreira; LIBÂNEO, José Carlos; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. Cortez Editora, 2017.

LIMA, Stéfanie Melo; LAPLANE, Adriana Lia Friszman de. Escolarização de Alunos com Autismo. **Rev. bras. educ. espec**, p. 269-284, 2016.

LOPES, Daniele Centeno; PAVELACKI, Luiz Fernandes. **Técnicas utilizadas na educação de autistas**. 11 p., 2005. Disponível em: <<http://guaiba.ulbra.br/seminario/eventos/2005/artigos/pedagogia/20.pdf>>. Acesso em: 25 de jan. 2021.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MELLO, Ana Maria S. Ros de. **Autismo: guia prático**. 6ª ed. São Paulo: AMA. Brasília: CORDE, 2007. Disponível em: <<https://www.ama.org.br/site/images/home/Downloads/guiapratico.pdf>>. Acesso em: 25 de jan. 2021.

MERCADO, E.L. de O.; FUMES, N. de L.F. **Base Nacional Comum Curricular e a Educação Especial no Contexto da Inclusão Escolar**. Disponível em: <[eventos.set.edu.br/enfope/article/download](http://eventos.set.edu.br/enfope/article/download)>. Acesso em: 27/01/2021.

ORRÚ, Sílvia Ester. **Autismo, linguagem e educação: integração social no cotidiano escolar** (3a ed.). Rio de Janeiro: WAK Ed. 2012.

SANTOS, Ana Maria Tarcitano dos. **Autismo: desafios na alfabetização e no convívio escolar**. 2008. 36 f. Trabalho de Conclusão – Centro de Referência em Distúrbios de Aprendizagem, São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/1588295-Ana-maria-tarcitano-dos-santos-autismo-desafio-na-alfabetizacao-e-no-convivio-escolar.html>>. Acesso em 19/03/2021.

SILUK, Ana Cláudia Pavão (org). **Atendimento Educacional Especializado-AEE: Contribuições para a prática pedagógica**. 1ed. Santa Maria: Laboratório de pesquisa e documentação-CE. Universidade Federal de Santa Maria, 2012.

SILVA, Maria do Carmo Bezerra de Lima; BROTHERHOOD, Rachel de Maya. **Autismo e inclusão: da teoria à prática**. In: VECPP, Maringá, 2009. Disponível em: <[https://www.unicesumar.edu.br/epcc2009/anais/maria\\_carmo\\_bezerra\\_lima\\_silva.pdf](https://www.unicesumar.edu.br/epcc2009/anais/maria_carmo_bezerra_lima_silva.pdf)> Acesso em: 26 de jan. 2021.

SMITH, S. J.; LOWREY, K. A. Applying the Universal Design for Learning Framework for Individuals with Intellectual Disability: The Future Must Be Now. **Journal of Intellectual & Developmental Disability**. v.55, n.1, p.48-51, 2017.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein (São Paulo)**, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010.

SPAULDING, C. J.; LERNER, M. D.; GADOW, K. D. Trajectories and correlates of special education supports for youth with autism spectrum disorder and psychiatric comparisons. **Autism**. v.21, n.4, integra p.423-435, 2017.

SUPLINO, Maryse. **Currículo funcional natural**: guia prático para a educação na área do autismo e deficiência mental. 3ª ed. Rio de Janeiro: Secretaria Especial dos Direitos Humanos/Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2009.